## Desenho de um gato Descrição gerada automaticamente com confiança média

**INEXIGIBILIDADE 001/2021 – PMSD**

**CONTRATO 002/2021 - PMSD**

3TECNOS TECNOLOGIA LTDA

**OBJETO:** Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços.

**REQUISIÇÃO DE DESPESA**

DA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTOS.

**AO**

**Exmº. Sr.**

**CRISTIANO VIANA MENESES**

**DD. Prefeito Municipal de SIMÃO DIAS**

**Nesta**

SIMÃO DIAS - SE, 04 de janeiro de 2021.

**AUTORIZO EM:**

**SIMÃO DIAS, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_**

**CRISTIANO VIANA MENESES**

**Prefeito**

Senhor Prefeito,

Valho-me do presente, para solicitar a abertura do procedimento administrativo de inexigibilidade objetivando a contratação da empresa **3TECNOS TECNOLOGIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº. **09.568.632/0001-20**, tendo por objeto a **Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços,** conforme os termos da proposta e minuta em anexo.

A presente despesa está orçada em R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) - estimado, conforme proposta emitida pela empresa 3TECNOS TECNOLOGIA LTDA, que após analisada vai por esta Secretaria, declarada como aquela que demonstra a realidade comercial dos serviços pretendidos.

**Outrossim, informamos que as despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **UNIDADE** | **PROJETO** | **FONTE** | **ELEMENTO** |
| 02004 | 2004 | 1001000 | 33903900 |

Atenciosamente,

**JACQUELINE SILVA SOUZA E SANTOS**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTOS**

**AUTUAÇÃO -** PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 001/2021 - PMSD – INEXIGIBILIDADE

LICITANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**

**OBJETO**: Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços, conforme especificado na proposta da contratada.

**PERÍODO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.**

REGIME LEGAL: LEI 8.666/93

**EDITAL**: TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**AUTUAÇÃO**: **Ao 4º dia do mês de janeiro de 2021,** eu JOSÉ DOUGLAS ALVES ANDRADE, autuei sob o **n. 001/2021 - PMSD,** este processo contendo uma requisição de despesa desta Secretaria de **FINANÇAS E TRIBUTOS,** solicitando a contratação da empresa **3TECNOS TECNOLOGIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº. **09.568.632/0001-20** para a **Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços, conforme especificado na proposta da contratada**. Eu **JOSÉ DOUGLAS ALVES ANDRADE,** assino**.**

**JOSÉ DOUGLAS ALVES ANDRADE**

**PRESIDENTE CPL**

### JUSTIFICATIVA

**A Secretaria Municipal FINANÇAS E TRIBUTOS, vem justificar contratação da empresa 3Tecnos Tecnologia LTDA-ME para a Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços.**

**CONSIDERANDO**, que os serviços que se pretende contratar não se encaixam naqueles integrantes da rotina administrativa. Trata-se de serviços em soluções para gestão pública e implantação e customização dos atos e fatos administrativos e econômicos, permitindo diversas funcionalidades a exemplo de: Planejamento Orçamentário, Emissão de Relatórios do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Demonstrativos Contábeis, Emissão de Cheques, dentre outras atividades mencionadas na proposta anexada a este;

**CONSIDERANDO,** que de acordo com a Lei Complementar nº 131/2009, os municípios com menos de 50 mil habitantes deverão providenciar a implementação do portal da transparência pública devendo disponibilizar na internet, em tempo real, as informações sobre execução orçamentária e financeira, no que se refere às despesas e receitas do município, e tal serviço será disponibilizado através da contratação da referida empresa;

**CONSIDERANDO** que a contratação desses serviços decorre da necessidade de organização de práticas e procedimentos administrativos e financeiros, além de legais, mediante o prévio e necessário acompanhamento e assessoramento;

**CONSIDERANDO,** que a aptidão demonstrada pela Empresa proponente transmite ao gestor a credibilidade necessária à consecução do mister, visto que sempre demonstrou eficácia e celeridade nos trabalhos que lhe são confiados, além de sempre pautar sua atuação com o escopo de proteger o patrimônio público;

**CONSIDERANDO** que o sistema tem o objetivo de aumentar a interseção entre os setores e unidades administrativas do órgão municipal, reduzindo custos, melhorando a comunicação interna dos profissionais tornando os processos administrativos mais eficientes;

**CONSIDERANDO** que a empresa desenvolve suas atividades em perfeitas condições em vários municípios e empresas privadas, visto os inúmeros atestados de capacidade técnica apresentado, comprovando assim que a sua atuação municipal destaca-se dentre os demais;

**CONSIDERANDO** que a uniformização e disponibilização de informações gerenciais (relatórios), devem estar dispostas de forma acessível e em linguagem, no mínimo, nos formatos de arquivos: TELA, PDF, RTF, XLS, TXT e JPG. Característica esta não encontrada nos demais softwares existentes no mercado;

**CONSIDRANDO** que a exportação dos dados do Município para outro sistema compatível, quando da extração, os arquivos deverão estar dispostos no mínimo nos formatos XML, HTML e TXT;

**CONSIDERANDO** ser compatível, o software da empresa **3**Tecnos Tecnologia LTDA – ME com as plataformas utilizadas no parque de informática deste órgão;

**CONSIDERANDO** que a partir da inserção de um único cadastro, este, atenderá também para os demais módulos integrados, haja vista a integralização sistêmicas dos softwares. Característica esta não encontrada nos demais softwares existentes no mercado;

**CONSIDERANDO** a disponibilização de acesso ao sistema e à base dos dados armazenados para consulta, após o término da relação contratual com o Município de SIMÃO DIAS e seus órgãos, por um período de no mínimo 05 anos. Característica esta não encontrada nos demais softwares existentes no mercado;

**CONSIDERANDO** a necessidade imperiosa e gerencial de criação de relatórios personalizados, além dos já dispostos pelos softwares, a partir dos dados inseridos nos sistemas. Característica esta não encontrada nos demais softwares existentes no mercado;

**CONSIDERANDO** a ferramenta/mecanismo de emissão de ordens bancárias (pagamentos) vinculados ao sistema contábil. Característica esta não encontrada nos demais softwares existentes no mercado;

**CONSIDERANDO** que o sistema será executado em ambiente web, e que a empresa **3Tecnos Tecnologia LTDA – ME** possui provedor e sistema de backup próprio. E que a captação e o gerenciamento das informações ocorrerá sem necessidade de uma renovação da estrutura de hardware existente ou algo mais rebuscado, a nível dos equipamentos de informática, nem tão pouco de reestrutura ou reengenharia da rede atual de informática, incluindo a velocidade de internet local, haja vista a estrutura de software criada pela empresa. Característica esta não encontrada nos demais softwares existentes no mercado;

**CONSIDERANDO** a complexidade e dispêndio em desenvolver sistemas próprios, para as diversas áreas deste órgão, tanto pela falta de pessoal habilitado em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, bem como recursos necessários para essa finalidade, fato que justifica a busca por contratação de empresa com larga experiência de mercado e com produtos compatíveis as nossas necessidades;

**CONSIDERANDO** que estes serviços demandam primor técnico diferenciado, disposto dos outros, que imprimem neles suas características pessoais, tratando-se de serviços cuja especialização requerem aporte subjetivo, haja vista a inviabilidade de comparar com objetividade a qualificação do serviço, a subjetividade, a particular experiência de cada um dos ditos especialistas, pelo que face a competição;

**CONSIDERANDO** também que serviços singulares são porque apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa, sendo singular não por se necessariamente o único, mas também por ser especial, raro, extraordinário, diferente, distinto e notável, elementos estes que influenciaram para a contratação da referida empresa;

**CONSIDERANDO** ainda que é o único sistema que atende de forma integra a resolução 296/ TCE-SE que obriga a adoção da Cronologia de Pagamentos de forma automatizada tornando a informação Dinâmica e acessível ao públicos através do portal da transparência, como preceitua o diploma legal em comendo;

**CONSIDERANDO** ainda que a ferramenta em analise possui uma integração dos módulos internos que possibilitam uma gestão eficiente e moderna proporcionando uma melhor otimização de dados com o objetivo melhorar os processos da organização, sendo essencial para garantir o adequado controle e a maior fidedignidade das informações relacionadas à administração

**CONSIDERANDO**, por fim que o conjunto de softwares (Áreas de Contabilidade: Planejamento Orçamentário (PPA, LOA e LDO). Administrativo e Financeiro, Transparência Municipal) desenvolvido pela Empresa 3Tecnos Tecnologia Ltda-ME, demonstra-se atualmente com o mais adequado para atendimento das necessidades e rotinas descritas acima, da Secretaria de FINANÇAS E TRIBUTOS deste Município.

Vale frisar, que a Secretaria Municipal de FINANÇAS E TRIBUTOS solicitou da empresa termos de contratos firmados com outros órgãos públicos ou pessoas privadas, considerando a compatibilidade do preço mensal e das especificações com o objeto que desejamos contratar, como forma de comparar a proposta apresentada com preços praticados com a futura contratada. Os documentos apresentados nos comprova que o preço fixado na proposta está condizente com o cobrado no mercado.

Para realizar a análise de custo de licença de software, a 3Tecnos Tecnologia utiliza uma combinação de métricas, envolvendo o desenvolvimento e manutenção de software, suporte técnico e atividades operacionais (administrativos e financeiros).

O custo de desenvolvimento e manutenção é que mais encarece o valor total da licença alcançando uma porcentagem de 60%, em segundo lugar vem o suporte com uma porcentagem de 30% e por fim as atividades operacionais com 10% do valor total da licença.

No tocante à manutenção de software são levados em conta os aspectos de disponibilidade, ligado ao acesso ao sistema (levando em consideração o número estimado de usuários do sistema e a arrecadação do município), e de persistência ligada ao volume de informações inseridas no sistema (de acordo com o porte do município).

No tocante ao suporte do sistema, é utilizada uma estimativa de solicitações de suporte, remoto ou in loco e os gastos com locomoção e/ou estadia.

Para um confronto dos dados apresentados acima, estão anexados a estas justificativas demonstrativas mais detalhados do cálculo e métricas utilizadas pela empresa para um entendimento mais apurado da diferença de valores dos contratantes.

SIMÃO DIAS – SE, 04 de janeiro de 2021.

**JACQUELINE SILVA SOUZA E SANTOS**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTOS**

**JUSTIFICATIVA DE PREÇOS**

**Lei Federal nº 8.666/93, art. 26 parágrafo único, inciso III**

Certificamos para os devidos fins, que antes de ser realizada a contratação da empresa **3TECNOS TECNOLOGIA LTDA**, para **Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços,** a Secretaria de FINANÇAS E TRIBUTOS, realizou através de contatos pessoais e via telefone, pesquisa de preços, em outros Municípios, Profissionais e Empresas do ramo, tendo verificado que o valor proposto e aceito entre as partes está compatível com o preço de mercado, principalmente, quando se buscou e conseguira reduções nos custos de disponibilização da ferramenta em relação a anos anteriores, para melhor adequação dos gastos públicos, mesmo sabendo que a notória especialização transcende a questão do preço, pela singularidade do serviço e do contratado.

SIMÃO DIAS – SE, 04 de janeiro de 2021.

**JACQUELINE SILVA SOUZA E SANTOS**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTOS**

**MINUTA DO CONTRATO**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS - SE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.**

**O MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS,** doravante denominado apenas CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público de base territorial autônoma, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS, órgão do Poder Executivo Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.119.300/0001-36, com sede na Rua Presidente Vargas, 129– Centro, CEP 49.480-000, em SIMÃO DIAS – SE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o senhor **CRISTIANO VIANA MENESES,** infra-assinada e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CNPJ sob n° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, situada na XXXXXXXXXXXXXXXXX, representada neste ato, por um de seus sócios, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme dispõe o **art. 25, Caput da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94**, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas seguintes:

# *CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto*

O objeto do presente contrato consiste na Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços, conforme especificado na proposta da contratada percebido pelo CONTRATANTE, detalhada no §único desta Cláusula.

§Único: O objeto completo deste contrato compreende os seguintes módulos:

XXXXXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONCEITUAÇÃO:

**a)** ***Licença de Uso*** é o direito objetivo que tem a **CONTRATANTE** de uso e gozo da versão executável de cada sistema/módulo, sem o caráter de exclusividade e por tempo determinado.

**b) *Manutenção*** são os trabalhos realizados na sede da **CONTRATADA** que se fizerem necessários ao desenvolvimento e ao bom funcionamento de cada sistema/módulo, incluindo-se todo e qualquer treinamento e/ou capacitação técnica de pessoal que tenha caráter específico.

**c)** ***Suporte Técnico*** é todo e qualquer atendimento para a **CONTRATANTE,** devidamente agendado entre as partes, prestado em sua sede ou na sede da **CONTRATADA**.

**d)** ***Sistema/módulo (software ou programa)*** é o conjunto de instruções em linguagem natural ou codificada escritas em meio magnético, legível por computador, com as funções de fazê-lo funcionar, de solucionar problemas e gerar informações.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei n° 8.666/93).**

A prestação de serviços será executada conforme proposta apresentada pela Contratada e aprovada pela Contratante, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei n° 8.666/93).**

O valor do presente contrato é de R$ XXXXXXXXXXXXX(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) que será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, em parcelas de **R$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei n° 8.666/93)**

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos em que a Lei permitir, em especial o disposto no art. 57, IV, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO (Art. 55, inciso IV, da Lei n° 8.666/93)**

O início da prestação dos serviços será de, no máximo, 48h (quarenta e oito horas), contadas a partir da data da assinatura deste Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n. ° 8.666/93).**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação própria, no Orçamento vigente da CONTRATANTE, a saber:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **UNIDADE** | **PROJETO** | **FONTE** | **ELEMENTO** |
| 02004 | 2004 | 1001000 | 33903900 |

**CLÁUSULA OITAVA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei n° 8.666/93).**

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

* Manter sempre a disposição da **CONTRATANTE**, técnico apto a prestar toda e qualquer assistência sobre cada sistema/módulo.
* Manter o bom funcionamento e obtenção dos resultados para o qual cada s*istema/módulo* foi desenvolvido;
* Fazer as alterações em cada s*istema/módulo,* decorrentes de mudanças na legislação, melhorias tecnológicas, otimizações e depurações;
* As novas versões de cada *sistema/módulo e o*s esclarecimentos de todas as dúvidas sobre cada s*istema/módulo*, através de qualquer meio de telecomunicação, ficando este custo por conta da **CONTRATANTE** que, para agilizar e economizar no suporte remoto e na obtenção de novas versões, disponibilizará em sua sede acesso via **INTERNET** bem como o uso de programas como **ONLINE**.
* Arcar com todos os custos de seus funcionários no atendimento inloco da Contratante, quando no atendimento de chamadas para treinamento, manutenção ou quaisquer outros serviços relacionados ao funcionamento do sistema/modulo contratado.

• Oferecer cursos práticos em laboratórios, sendo os encargos decorrentes de cada treinamento de responsabilidade da **CONTRATANTE** durante o processo de implantação e treinamento inicial para utilização de cada sistema/módulo objeto do presente contrato.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

* Colocar à disposição do técnico da **CONTRATADA**, em cada atendimento, todos os funcionários, equipamentos, programas, arquivos e informações que se tornarem necessárias.
* Requisitar e agendar junto a **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em caso de urgência, o comparecimento do *técnico da* ***CONTRATADA*** *na sede* da **CONTRATANTE**;
* Indicar pessoas habilitadas para acompanhar os procedimentos a serem executados e qualquer atendimento técnico da **CONTRATADA**.

• Não Vender, alugar, emprestar ou ceder os itens que compõem cada s*istema/módulo,* a terceiros seja pessoa física ou jurídica;

• Não Fazer mau uso de qualquer s*istema/módulo*, ou seja, copiar, alterar, descompilar, decompor ou fazer engenharia reversa;

* Não Utilizar o s*istema/módulo* em outro local que não seja o da instalação definida inicialmente, sem prévio conhecimento da **CONTRATADA.**

**CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE USO DE CADA SISTEMA/MÓDULO**

**a)** Qualquer mudança de endereço e/ou troca de equipamento onde estiver instalado cada s*istema/módulo,* deverá ser comunicada à **CONTRATADA** por escrito e antes de ser realizada.

**b)** A **CONTRATADA** responsabiliza-se por todo backup dos dados armazenados pela Contratante, garantindo a segurança das informações cadastradas.

**c)** A **CONTRATANTE** é a única responsável pelos dados digitados, pelas informações extraídas e também por quaisquer prejuízos decorrentes da não e/ou má utilização de cada sistema/módulo, seja na operação normal, na forma dolosa ou culposa. Para diminuir a possibilidade de falhas operacionais e visitas técnicas corretivas a **CONTRATANTE** irá instalar em seus micros computadores aparelhos **NO-BREAK** e programas **ANTI-VIRUS** atualizados e ativos diariamente.

**d)** Somente técnico da **CONTRATADA,** ou técnico por ela indicado, poderá atender a **CONTRATANTE** na execução do objeto deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei n° 8.666/93).**

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a Contratante poderá aplicar ao Contratado as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa:

**I -** advertência;

**II -** multa de 01% (um por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei n° 8.666/93).**

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº. 8.666/93.

**§1º -** O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo da Contratante, sem que caiba a Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

**§2º -** No caso de rescisão do Contrato, da Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

**§3º -** Na ocorrência da rescisão prevista no *"caput"* desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS Da CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei n° 8.666/93).**

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, o Contratado reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei n° 8.666/93).**

O presente Contrato fundamenta-se:

**I -** nos termos do art. 25 Caput, da lei 8.666/93 que, simultaneamente:

* não contrariem o interesse público;

**II -** nas demais determinações da Lei 8.666/93;

**III -** nos preceitos do Direito Público;

**IV -** supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**Parágrafo Único -** Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei n° 8.666/93).**

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

**§1º -** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

**§2º -** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei n° 8.666/93).**

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, a prefeita designará um servidor, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

**§1º -** À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

**§2º -** A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**§3º - A fiscalização do presente contrato caberá ao servidor público informado em documento anexo aos autos do processo de Inexigibilidade 001/2021 – PMSD.**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de SIMÃO DIAS, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

SIMÃO DIAS(SE), XX de XXXXXX de 2021.

CRISTIANO VIANA MENESES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

À

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

Prezados Senhores,

Encaminhamos em anexo, para Vossa Senhoria, a Requisição com autorização do senhor Prefeito para abertura de processo de inexigibilidade sob o nº. 001/2021 - PMSD, com vista a **Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços,** a fim de que esta Procuradoria manifeste-se emitindo Parecer Jurídico, quanto à interpretação legal para a contratação do profissional, com base no Art. 25, Caput, da Lei 8.666/93.

Após emissão de **Parecer Jurídico,** solicitamos que nos seja devolvido o presente processo para os procedimentos seguintes.

Informamos, também, que segue em anexo a minuta do Contrato, para análise.

Atenciosamente.

SIMÃO DIAS – SE, 04 de janeiro de 2021.

**JOSÉ DOUGLAS ALVES ANDRADE**

# PRESIDENTE DA CPL PARECER JURÍDICO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A EMPRESA PARA **Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços** – SERVIÇO TÉCNICO DE NATUREZA SINGULAR COM EMPRESA DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO.

**T**rata-se de encaminhamento de Minuta de Contrato enviada, para que o órgão jurídico, examine a possibilidade de contratação da empresa para Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços**,** com vistas a atender as necessidades da Administração Pública desta cidade através da Secretaria Municipal de FINANÇAS E TRIBUTOS**,** com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

**A** Secretaria apresentou as razões da escolha da empresa dos serviços pretendidos, colacionando também documentação contratual para análise.

**É** o que tínhamos a relatar. Passamos a opinar:

***A****b initio*, consideramos que o processo licitatório constitui inegável avanço para moralizar e regulamentar os contratos entre a Administração Pública e particulares. A regra é, pois, a obrigatoriedade de licitação tanto para aquisição de bens como para que haja prestação de serviços para a Administração, tendo como fundamento Legal a norma constitucional do art. 37, inciso XXI, *in litteris*:

"Art. 37 - omissis;

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (grifos acrescidos)

**E** na norma infraconstitucional, o art. 2º, da Lei n.º 8.666/93, no seguinte teor:

"Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, **ressalvadas as hipóteses previstas nesta lei**". (grifos acrescidos)

**C**omo se denota dos excertos acima transcritos, nada obstante a prudência do legislador para preservar a lisura e a isonomia no tema em foco, o mesmo não ficou insensível a determinadas situações autorizadoras para a inexigibilidade de licitação quando houver manifesta inviabilidade de competição, fazendo-se mister trazer a lume o que preceitua o **Caput, do art. 25 da Lei 8.666/93, *litteris***:

Art. 25.  É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...)

Com exceção das hipóteses de dispensa, a regra é que o administrador público deva realizar certame licitatório sempre que for possível. Somente naqueles casos onde a licitação for inviável ou impossível é que poderá se optar pela inexigibilidade. Sobre o tema Hely Lopes Meirelles é bastante preciso, *in litteris:*

[...] a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato.

A obrigação imposta ao administrador público no que se refere a necessidade de, em regra, licitar sempre que for possível, advém da própria Carta da República. Esta elenca tal exigência no inciso XXI do art. 37, a qual só poderá ser afastada por situações excepcionais e previstas em lei formal, ipsis litteris:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Importa comentar, ainda, que a *Magna Carta,* em outros pontos, também trata de questões pertinentes à licitação, *verbi gratia*, art. 22, incisos XXI e XXVII, e art. 173, inciso III. Em que pese toda a importância inerente ao Texto Constitucional, é na Lei no 8.666/93, entre outras inúmeras denominações, chamada de Lei de Licitações e Contratos, que se encontra a verdadeira sistematização da licitação. Do mesmo modo, é no citado diploma que se encontram as hipóteses relativas à inexigibilidade de licitação. Esta tem como cerne o art. 25, que em seus três incisos elenca algumas das situações onde a inexigibilidade é aplicável. Tal relação, cabe ser dito, não é exaustiva, mas *numerus apertus,* opinião esta corroborada pela doutrina e jurisprudência pacífica. Sobre o assunto, opina Diógenes Gasparini, *in verbis*:

Consoante a redação do art. 25, caput, do Estatuto federal Licitatório, vê- se que as hipóteses elencadas em seus três incisos não são taxativas. Com efeito, a locução “em especial”, consignada no final de seu texto, indica apenas uma exemplificação. Daí, outras hipóteses poderão surgir no dia-a-dia da Administração Pública e autorizar a pessoa, em tese obrigada a licitar, a contratar diretamente [...]

Na mesma linha, fixando a idéia de que os casos não elencados nos incisos são fundamentados com espeque no próprio *caput* do art. 25, afirma JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES que:

a inexigibilidade é salientada pela doutrina pátria para assegurar que se trata de elenco exemplificativo, firmando a assertiva de que os casos registrados não são únicos. Há, porém, outra consequência decorrente do uso de tal expressão, nem sempre alcançada pelos estudiosos do tema: ao impor taxativamente a inviabilidade, associando-a ao termo inexigibilidade, a lei estabeleceu característica essencial e inafastável do instituto da inexigibilidade. Assim, mesmo quando se caracterizar um dos casos tratados nos incisos, se for viável a competição, a licitação é exigível, porque não foi preenchido o requisito fundamental descrito no caput do art. 25. Todavia, o contrário poderá ocorrer, isto é, apresentar- se hipótese em que é inviável a competição; mas o caso descrito não se enquadra em nenhuma das situações estabelecidas nos incisos. Nessas hipóteses o fundamento legal será o próprio **caput** do art. 25.

**Nesta linha de pensamento podemos verificar que havendo casos em que haja inviabilidade de competição, não há o que se questionar, torna-se inexigível a licitação restando apenas a hipótese de contratação direta.**

Levando-se em consideração que a proponente, é a única detentora do direito de comercialização do sistema ERP – CONTABILIS que possui módulos integrados para todo o funcionamento contábil, administrativo e processual da Administração Pública, acrescido de que no ramo da automação, utiliza-se de complexos *sistemas de informações magnéticas* com notória especialização nas áreas desejadas por esta administração, é imperioso constatar que os serviços ofertados apresentam-se como o único viável para a integralização dos setores públicos desta cidade.

**Conclusão:**

***E****x positis*, em que pese a necessidade de assegurar igualdade de condições a todos os proponentes, a Lei autorizou que, em casos deste jaez, processe-se a inexigibilidade de licitação, em vista de a proponente, mediante capacitação e organização de sua equipe técnica, reunir condições necessárias à plena satisfação do objeto do contrato, posto que os seus serviços, no dizer de Celso Antônio estão “*marcados por características individualizadoras, que os distinguem dos oferecidos por outros profissionais do mesmo ramo*” (Celso Antonio Bandeira de Mello, Licitações, Saão Paulo, 1980, pp. 17-21, e Curso de direito administrativo, 19ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2005, pp. 514 e ss).

No caso em apreço,verifica-se que o respectivo processo foi instruído com elementos demonstradores de uma necessidade a ser atendida, o meio mais adequado para atender ao reclamo, inclusive informando a razão da seleção do executante do serviço especializado e a delimitação do objeto a ser contratado, conforme os ditames do art. 25, Caput, da Lei nº 8666/93, tudo em estreita excepcionalidade aos princípios moralizadores da Administração Pública insculpidos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal.

SIMÃO DIAS - SE, 04 de janeiro de 2021.

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Considerando as informações, parecer, documentos e despachos contidos no Processo de Inexigibilidade de nº 001/2021 - PMSD, RATIFICO a inexigibilidade reconhecida pela Procuradoria da Prefeitura de SIMÃO DIAS – SE, para contratar com a empresa **3TECNOS TECNOLOGIA LTDA,** objetivando a **Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços, conforme especificado na proposta da contratada.**

Esta ratificação se fundamenta no Caput do artigo 25 da Lei Federal nº. 8.666/93 desta mesma Lei.

O valor global do contrato é de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) - estimado, que será pago com recursos próprios da Prefeitura conforme dotação orçamentária descrita abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **UNIDADE** | **PROJETO** | **FONTE** | **ELEMENTO** |
| 02004 | 2004 | 1001000 | 33903900 |

Nesta oportunidade, determino a publicação deste ato.

SIMÃO DIAS – SE, 04 de janeiro de 2021.

**CRISTIANO VIANA MENESES**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATO 002/2021 – PMSD**

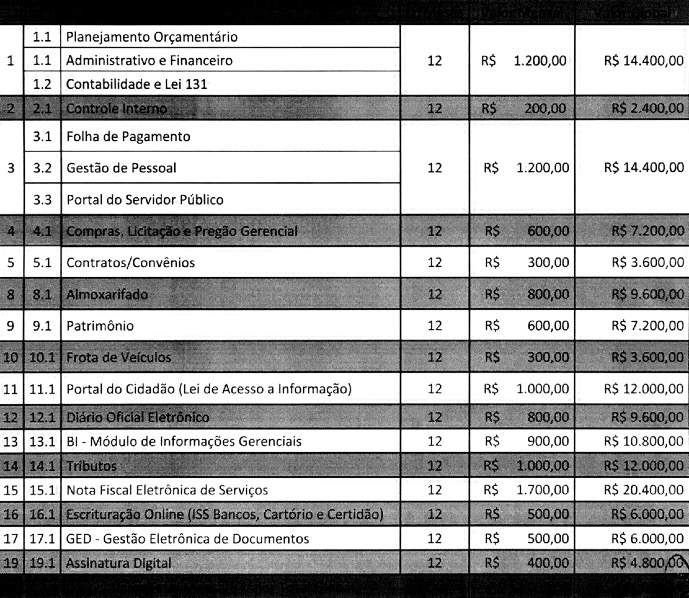
**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS - SE E A EMPRESA 3TECNOS TECNOLOGIA LTDA.**

**O MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS,** doravante denominado apenas CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público de base territorial autônoma, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS, órgão do Poder Executivo Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.119.300/0001-36, com sede na Rua Presidente Vargas, 129– Centro, CEP 49.480-000, em SIMÃO DIAS – SE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o senhor **CRISTIANO VIANA MENESES,** infra-assinada e a empresa **3TECNOS TECNOLOGIA LTDA**, inscrito no CNPJ sob n° 09.568.632/0001-20, situada na Travessa Gal. General Chaves, 35, Bairro São José, CEP: 49.015-370, representada neste ato, por Karine Margarette Queiroz Santos - Procuradora, portadora da Carteira de Identidade nº 100.96321-83 SSP/BA e do CPF nº 005.242.605-08, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme dispõe o **art. 25, Caput da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94**, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas seguintes:

# CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços, conforme especificado na proposta da contratada percebido pelo CONTRATANTE, detalhada no §único desta Cláusula.

§Único: O objeto completo deste contrato compreende os seguintes módulos:



CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONCEITUAÇÃO:

**a)** ***Licença de Uso*** é o direito objetivo que tem a **CONTRATANTE** de uso e gozo da versão executável de cada sistema/módulo, sem o caráter de exclusividade e por tempo determinado.

**b) *Manutenção*** são os trabalhos realizados na sede da **CONTRATADA** que se fizerem necessários ao desenvolvimento e ao bom funcionamento de cada sistema/módulo, incluindo-se todo e qualquer treinamento e/ou capacitação técnica de pessoal que tenha caráter específico.

**c)** ***Suporte Técnico*** é todo e qualquer atendimento para a **CONTRATANTE,** devidamente agendado entre as partes, prestado em sua sede ou na sede da **CONTRATADA**.

**d)** ***Sistema/módulo (software ou programa)*** é o conjunto de instruções em linguagem natural ou codificada escritas em meio magnético, legível por computador, com as funções de fazê-lo funcionar, de solucionar problemas e gerar informações.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei n° 8.666/93).**

A prestação de serviços será executada conforme proposta apresentada pela Contratada e aprovada pela Contratante, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei n° 8.666/93).**

O valor do presente contrato é de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) que será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, em parcelas de **R$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais**.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei n° 8.666/93)**

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos em que a Lei permitir, **em especial o disposto no Art. 57, IV, da Lei 8.666/93**.

**CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO (Art. 55, inciso IV, da Lei n° 8.666/93)**

O início da prestação dos serviços será de, no máximo, 48h (quarenta e oito horas), contadas a partir da data da assinatura deste Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n. ° 8.666/93).**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação própria, no Orçamento vigente da CONTRATANTE, a saber:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **UNIDADE** | **PROJETO** | **FONTE** | **ELEMENTO** |
| 02004 | 2004 | 1001000 | 33903900 |
|  |  |  |  |

**CLÁUSULA OITAVA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei n° 8.666/93).**

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

* Manter sempre a disposição da **CONTRATANTE**, técnico apto a prestar toda e qualquer assistência sobre cada sistema/módulo.
* Manter o bom funcionamento e obtenção dos resultados para o qual cada s*istema/módulo* foi desenvolvido;
* Fazer as alterações em cada s*istema/módulo,* decorrentes de mudanças na legislação, melhorias tecnológicas, otimizações e depurações;
* As novas versões de cada *sistema/módulo e o*s esclarecimentos de todas as dúvidas sobre cada s*istema/módulo*, através de qualquer meio de telecomunicação, ficando este custo por conta da **CONTRATANTE** que, para agilizar e economizar no suporte remoto e na obtenção de novas versões, disponibilizará em sua sede acesso via **INTERNET** bem como o uso de programas como **ONLINE**.
* Arcar com todos os custos de seus funcionários no atendimento inloco da Contratante, quando no atendimento de chamadas para treinamento, manutenção ou quaisquer outros serviços relacionados ao funcionamento do sistema/modulo contratado.

• Oferecer cursos práticos em laboratórios, sendo os encargos decorrentes de cada treinamento de responsabilidade da **CONTRATANTE** durante o processo de implantação e treinamento inicial para utilização de cada sistema/módulo objeto do presente contrato.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

* Colocar à disposição do técnico da **CONTRATADA**, em cada atendimento, todos os funcionários, equipamentos, programas, arquivos e informações que se tornarem necessárias.
* Requisitar e agendar junto a **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em caso de urgência, o comparecimento do *técnico da* ***CONTRATADA*** *na sede* da **CONTRATANTE**;
* Indicar pessoas habilitadas para acompanhar os procedimentos a serem executados e qualquer atendimento técnico da **CONTRATADA**.

• Não Vender, alugar, emprestar ou ceder os itens que compõem cada s*istema/módulo,* a terceiros seja pessoa física ou jurídica;

• Não Fazer mau uso de qualquer s*istema/módulo*, ou seja, copiar, alterar, descompilar, decompor ou fazer engenharia reversa;

* Não Utilizar o s*istema/módulo* em outro local que não seja o da instalação definida inicialmente, sem prévio conhecimento da **CONTRATADA.**

**CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE USO DE CADA SISTEMA/MÓDULO**

**a)** Qualquer mudança de endereço e/ou troca de equipamento onde estiver instalado cada s*istema/módulo,* deverá ser comunicada à **CONTRATADA** por escrito e antes de ser realizada.

**b)** A **CONTRATADA** responsabiliza-se por todo backup dos dados armazenados pela Contratante, garantindo a segurança das informações cadastradas.

**c)** A **CONTRATANTE** é a única responsável pelos dados digitados, pelas informações extraídas e também por quaisquer prejuízos decorrentes da não e/ou má utilização de cada sistema/módulo, seja na operação normal, na forma dolosa ou culposa. Para diminuir a possibilidade de falhas operacionais e visitas técnicas corretivas a **CONTRATANTE** irá instalar em seus micros computadores aparelhos **NO-BREAK** e programas **ANTI-VIRUS** atualizados e ativos diariamente.

**d)** Somente técnico da **CONTRATADA,** ou técnico por ela indicado, poderá atender a **CONTRATANTE** na execução do objeto deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei n° 8.666/93).**

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a Contratante poderá aplicar ao Contratado as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa:

**I -** advertência;

**II -** multa de 01% (um por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei n° 8.666/93).**

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº. 8.666/93.

**§1º -** O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo da Contratante, sem que caiba a Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

**§2º -** No caso de rescisão do Contrato, da Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

**§3º -** Na ocorrência da rescisão prevista no *"caput"* desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS Da CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei n° 8.666/93).**

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, o Contratado reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei n° 8.666/93).**

O presente Contrato fundamenta-se:

**I -** nos termos do art. 25 Caput, da lei 8.666/93 que, simultaneamente:

* não contrariem o interesse público;

**II -** nas demais determinações da Lei 8.666/93;

**III -** nos preceitos do Direito Público;

**IV -** supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**Parágrafo Único -** Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei n° 8.666/93).**

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

**§1º -** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

**§2º -** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei n° 8.666/93).**

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, a prefeita designará um servidor, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

**§1º -** À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

**§2º -** A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**§3º - A fiscalização do presente contrato caberá ao servidor público informado em documento anexo aos autos do processo de Inexigibilidade 001/2021 – PMSD.**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de SIMÃO DIAS, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

**SIMÃO DIAS (SE), 04 de janeiro de 2021.**

**CRISTIANO VIANA MENESES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**CONTRATANTE**

**KARINE MARGARETTE QUEIROZ SANTOS**

**3TECNOS TECNOLOGIA LTDA**

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**EXTRATO DO CONTRATO 002/2021 - PMSD**

**PROCESSO**: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2021 - PMSD. **CONTRATO:** 002/2021. **OBJETO**: Locação do Sistema Integrado de Gestão Pública – ERP Contabilis contemplando as áreas de: Contabilidade, Planejamento Orçamentário (PPA, LOA, LDO), Administrativo e Financeiro, Gestão Eletrônica de Documentos e Transparência Municipal, com o suporte técnico necessário para a manutenção dos serviços, conforme especificado na proposta da contratada. **DATA DA CELEBRAÇÃO:** 04 de janeiro de 2021. **VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES. **CONTRATADO:** 3TECNOS TECNOLOGIA LTDA – CNPJ: 09.568.632/0001-20. **VALOR**: R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) a ser pago em parcelas mensais de R$ 12.000,00 (doze mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02004 – 2004 – 33903900 – 1001000**.**

SIMÃO DIAS - SE, 05 de janeiro de 2021.

**JACQUELINE SILVA SOUZA E SANTOS**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTOS**

**PARECER DE CONTROLE INTERNO**

**Processo:** 001/2021 - PMSD.

**Assunto**: Contratação por Inexigibilidade de Licitação – Serviços Técnicos Especializados – Contratação Direta de Sistema Integrada e Gestão Pública – Inviabilidade objetiva da competição.

1. No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federale demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

OBJETO

1. LOCAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA – ERP CONTABILIS CONTEMPLANDO AS ÁREAS DE: CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (PPA, LOA, LDO), ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS E TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL, COM O SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO PARA A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICADO NA PROPOSTA DA CONTRATADA**.**

CONTRATADO

1. 3TECNOS TECNOLOGIA LTDA - CNPJ sob o nº. 09.568.632/0001-20.

RELATÓRIO

1. 4. Adoto como relatório o parecer jurídico.

FUNDAMENTAÇÃO

5. Relevante observar para a importância de se adquirir as licenças de uso do referido software, uma vez que os mesmos contribuem significativamente para os serviços deste ÓRGÃO PÚBLICO.

6. Neste caso, tratando-se de software cujo fornecimento e manutenção é exclusivo da 3TECNOS TECNOLOGIA LTDA, há de se considerar inviabilidade de competição, o que indica em tese a contratação direta.

7. Isto posto, entendemos que a contratação direta com a mencionada empresa encontra-se amparada pela hipótese de inexigibilidade, contida no permissivo do artigo 25, I, que versa:

**“Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição em especial:**

**I – Para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes”.**

8. É certo portanto, que quando necessária a aquisição de bens e serviços que só podem ser fornecidos ou prestados por determinado agente econômico, ou seja, o objeto que seria licitável é disponível apenas por um único agente, indicando assim a impossibilidade de licitar.

9. A propósito vale destacar, os ensinamentos do ilustre Marçal Justen Filho em “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos” – 5ª edição, revista e ampliada, dialética, 1998, págs. 258/259. Eis o texto:

**“O inc. I do art. 25 alude, aparentemente, apenas às compras. Isso não significa, porém, excluir a possibilidade de contratação direta em contratos que envolvam serviços ou obras. Aliás, a própria redação do inc. I induz a essa amplitude, diante da referência a “local em que se realizaria a licitação ou a obra ou serviço”, admitindo implicitamente que também essas espécies de contratações comportam inexigibilidade. Se dúvida restasse, seria afastada através de interpretação sistemática. Deve ter-se em vista que a regra geral não foi estabelecida em virtude da peculiaridade vinculada ao conceito de “compra”. (...) A inviabilidade de competição, no caso, configura-se pela ausência de outros particulares com os quais a Administração pudesse contratar o objeto de que necessita. O núcleo fundamental do art. 25, Inc. I, não reside na “compra” mas na ausência de pluralidade de particulares para estabelecer uma competição.**

**(...) Admite-se inexigibilidade de licitação em qualquer situação onde se configure a inviabilidade de competição.**

**(...) Afirma-se então, que a redação literal do inc. I do art. 25 da Lei nº 8.666 não representa vedação à contratação direta de serviços, quando caracterizada inviabilidade de competição por ausência de pluralidade de particulares em condições de satisfazer o interesse público”.**

10. Ademais vale lembrar que o fato de ser o sistema, pertencente exclusivamente a 3TECNOS TECNOLOGIA LTDA, é o único que se configura em nossa região como 100% integrado facilitando e muito os trabalhos municipais, sem esquecer que provoca uma economia considerável nos cofres públicos visto que seus módulos juntos em um único sistema acabam por gerar preços muito mais acessível para a Administração. A contratação desses sistema de forma avulsa além de provocar uma incompatibilidade de dados entre os setores municipais que precisam trabalhar em uniformidade, tornam-se muito mais oneroso ao Poder Público. Sendo assim, sua escolha é a mais viável para os interesses municipais na busca de eficiência e eficácia no desenvolvimento de seus trabalhos e atuação de órgãos de controle.

CONCLUSÃO

1. Diante disso, este Setor de Controle Interno é da opinião que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

É o Parecer.

Simão Dias (SE), 04 de janeiro de 2021.

ANTONIO DA CONCEIÇÃO MENESES JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

Portaria 2573 de 01 de janeiro de 2021.